

Do bolso da burocracia

ELIANE CANTANHÊDE

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Oscar Corrêa, vai se empenhar no levantamento, um a um, dos inquéritos que correm ou correram no governo para apurar denúncias de falcaturas, des-



vios de verbas, caixinhas e outros sinônimos de corrupção, que se tornaram preocupantemente vulgares no vocabulário oficial do País. A encomenda foi feita pelo presidente José Sarney, com a intenção de responder aos candidatos presidenciais que o acusam de inépcia na identificação e punição dos responsáveis. O resultado, contudo, poderá confirmar as acusações, em vez de as desmentir. "Vamos dar uma resposta a esses salvadores da pátria, esse Collor, esse Covas e até esse Ulysses, que parece não ter sido dono do governo durante pelo menos três anos", animou-se, ontem, Oscar Corrêa. Homem honesto, jurista experiente, ele saiu do Supremo Tribunal Federal para o Ministério da Justiça e tenta agora mostrar que todas as denúncias de corrupção foram ou estão sendo apuradas.

Há funcionários e funcionários. Quando os escândalos envolvem subalternos, certamente confiscam à Nação pequenas somas e têm pouca repercussão na imprensa e na opinião pública. Quando envolvem os primeiros escalões, confisco e repercussão costumam ter boa dimensão. É claro que o princípio de proibidade vale para todos, mas é curioso que os subalternos estejam sendo punidos sem que ninguém saiba, enquanto os primeiros escalões não prestam as obrigatórias explicações, administrativas e legais.

O levantamento que o ministro da Justiça está fazendo deverá expor uma lista enorme de sindicâncias, inquéritos e investiga-

ções internas, mas em alguns casos eles parecem ter sido meramente formais, sem nenhum efeito prático. A rede de Oscar Corrêa poderá, por exemplo, não ser suficientemente resistente para comportar peixes graúdos, como o ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, suspeito de estrepolias graves nas áreas de café, açúcar e siderurgia.

Tecnicamente, o levantamento também não terá de explicar por que o presidente nomeou para a presidência do Banco Central o dono de uma distribuidora de valores, o seu compadre Elmo Camões. Nem como vincular o secretário-geral do Itamaraty, Paulo Tarso Fechine Lima, ao menos funcionalmente, ao envio ilegal de dólares para o Exterior por diplomatas de carreira. E são justamente essas as respostas que a opinião pública quer e os candidatos de novembro argutamente cobram.

O presidente tem sete meses para retocar uma imagem marcada ao longo de quatro anos e meio por frustrações econômicas, desmandos administrativos de seus subordinados e pastelões políticos. O ministro da Justiça, contudo, não tem pressa de divulgar o resultado de seu levantamento. "Vou guardá-lo no bolso para ver, depois, quando e o que fazer", disse ele.

Enquanto isso, os retoques passam por outras áreas. Importante assessor do presidente informa que ele está seriamente empenhado numa "transição econômica" que sedimente, com medidas efetivas, os caminhos até a eleição e posse do seu sucessor; estuda novas regulamentações para os múltiplos órgãos que tratam de preços; apressa facilidades para o vale-transporte — bastante popular, mas, até agora, fora do alcance de seis milhões de beneficiários potenciais.

Tudo isso, contudo, terá produzido efeito, se Sarney não for capaz de pinceladas vigorosas no quadro de corrupção que enfeia o País.